



## Educação superior brasileira: avaliação e aprendizagens significativas Brazilian higher education: assesment and significant learning

Gabriela Marcomini de Lima, Ricardo Baratella

Universidade de Uberaba

### Resumo

Nesse artigo, apresenta-se um breve histórico das concepções, práticas, teorias e metodologias da avaliação educacional, como também, o que diz a legislação brasileira sobre essa questão, destacando-se algumas opiniões e contestações de diversos autores contemporâneos que sinalizam modificações no campo da avaliação da aprendizagem e apregoam a superação de uma avaliação tradicional, classificatória, excludente, punitiva e unilateral nas instituições escolares. Concluindo, aclaramos que a avaliação é autoconhecimento e investigação: de como os estudantes aprendem, o que aprendem, de que maneira produzem ou constroem suas aprendizagens, o que produzem, como refletem, o que refletem, sua compreensão de mundo.

*Palavras chave:* educação; avaliação; aprendizagem

### Abstract

In this study, we present a brief history of concepts, practices, theories and methodologies of educational assessment, as well, what does the Brazilian legislation on this issue, highlighting some opinions and objections of many contemporary authors that signal changes in the field the assessment of learning and preach overcoming a traditional evaluation, classification, exclusionary, punitive and unilateral in schools. In conclusion, we clearing up that formative assessment is self-knowledge and research: how students learn, what they learn, how produce or build their learning, what they produce, as reflected, which reflect their understanding of the world.

*Key word:* education, avaluation, learning

### Introdução

Avaliar vem do latim *valere* que significa atribuir valor e mérito ao objeto em estudo. Portanto, de acordo com o significado original da palavra, avaliar é atribuir um juízo de valor. A prática de avaliação, em um sentido amplo, é uma atividade constante no nosso cotidiano. (VIEIRA, 2009).

Franco (1998, p. 119) assevera que “avaliar é uma atividade tão antiga quanto o surgimento da consciência humana”. Segundo essa autora, à medida que os homens começaram a se comunicar, para produzir e garantir a sobrevivência, começaram, simultaneamente, a se avaliar, a se analisar e se julgar. Nos dias atuais, frequentemente, deparamo-nos

analisando e julgando nossos comportamentos e o dos nossos semelhantes, os acontecimentos do nosso ambiente, assim como as situações das quais participamos. Para Vieira (2009, p.122), essa avaliação, denominada de *avaliação assistemática*, inclui apreciação sobre adequação, eficiência de ações e experiências; envolve sentimentos e pode ser verbalizada ou não.

Vivemos em uma sociedade complexa, em rede, numa extensa teia de analogias sociais que cresce, cada vez mais. Portanto, há exigência de diálogo, interatividade, intervenção, participação e cooperação no processo educativo. Oliveira (2008, p.43), nesse sentido, explica a importância em estabelecer recursos e procedimentos metodológicos – *subordinados aos objetivos pedagógicos* – para o diálogo educativo entre alunos e formadores.

Segundo Peruzzolo (2006, p.31), o modo como o professor comunica com seus alunos influencia tanto o trabalho pedagógico como a forma pela qual a avaliação é implementada. A avaliação supõe comunicação e vice-versa, isto é, uma não existe sem a outra. Podemos encarar a comunicação como um fenômeno relativamente independente da avaliação. Porém, sem dúvida, não há nenhuma avaliação sem comunicação, nem provavelmente nenhuma comunicação sem uma parte de avaliação. (PERRENOUD, 1991).

Avaliar é uma das atividades educativas mais comuns na vida escolar de todo estudante e a maioria dos docentes tende a encarar a avaliação como algo que ocorre somente em alguns momentos isolados, em que não há diálogos e nem interações entre seus pares. A avaliação da aprendizagem implica em uma prática educativa fundamentada em atitudes ético-responsáveis, integrantes de uma pedagogia apropriada, em que o estudante é convidado a se engajar no projeto social de sua própria formação (não como mero receptor de dados, números e fórmulas que a sociedade lhe obriga a conhecer para ser acolhido no mercado de trabalho).

Para Batista (2011, p.12), quando o processo comunicacional da avaliação é configurado no espaço escolar, os protagonistas da avaliação, professores e estudantes entram em comunicação para se entender e, a partir do entendimento, buscar aprendizagens conjuntas. Nesse contexto, o papel da escola é reavivado, os conteúdos passam a ser ferramentas para a construção de sentidos; a organização do trabalho pedagógico se torna lugar privilegiado de reflexão.

Em relação ao processo comunicacional, destacamos na atualidade, a Educação a Distância. Essa modalidade de ensino começou a ser vista, pelas universidades brasileiras, como imprescindível, uma

alternativa possível e viável. Várias experiências em EAD já se encontram em andamento e, em termos de cursos de graduação, em particular cursos de Licenciaturas, já estão se consolidando no país.

Foi, particularmente a partir do ano de 2006, que a Educação a Distância ganhou novos contornos, mais expressivos, com o crescimento da oferta a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), amparada pelo Decreto nº 5800, de 8 de junho de 2006. Nele se apresenta a UAB como “um sistema voltado para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior do país”. (BRASIL, 2006a).

Desde a sua criação, a UAB vem tentando uniformizar a oferta de ensino superior, especialmente no campo de formação de professores. Para Baratella (2014, p.8), essa significativa amostra destaca o caráter que foram tomando as políticas educacionais pós – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cuja retórica enaltece a instrumentalização dos espaços formativos.

### Um retrato histórico da educação

A escola é um ambiente físico histórico, cultural, social e pedagógico, onde ocorrem ações e encontros significativos, não somente para a promoção do aprendizado, mas também para o desenvolvimento de seus sujeitos. Sendo assim, um professor deve criar e cultivar, nas instituições escolares, uma metodologia comunicacional em sua prática docente, que desenvolva e influencie a possibilidade de entendimento com os estudantes. É preciso construir um diálogo educativo, que proporcione ao aluno o encontro com informações e estratégias, que possibilitem a realização de diagnósticos com a identificação de problemas e o redirecionamento do processo educativo, produzindo, assim, aprendizagens mais significativas.

Uma das maiores dificuldades dos educadores e pesquisadores em educação é o fato de se contrapor a uma proposta de *avaliação somativa* a *avaliação formativa*. Mas, nesse contexto, é importante que se reconheça a necessidade de avaliar não somente a aprendizagem dos estudantes, mas também o programa educativo do qual o discente faz parte.

As análises de Sousa (1986 apud VIEIRA, 2009, p. 123) sobre textos legais em nível federal e estadual, desde a década de 30 até a década de 90, tais como: Decreto nº. 19.890 de 18/04/31; Decreto-Lei nº. 4.244 de 09/04/42; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – A Lei nº. 4.024 de dezembro de 1961; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – A Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971, nos possibilitam uma confirmação sobre o caráter excludente de uma avaliação classificatória, enraizada na legislação brasileira, que só foi modificada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - A Lei nº. 9394 de 1996.

Na Educação Superior, é imprescindível que o professor convide os estudantes a se tornarem

corresponsáveis pelo processo avaliativo, visto que eles estão em formação e necessitam de refletir sobre os critérios avaliativos da perspectiva de vivenciar as ideias que compõem a avaliação formativa, os seus aspectos éticos e técnicos, além de ter a oportunidade de construí-los e validá-los. (BATISTA, 2011).

As nossas vivências e experiências nos cursos de graduação de uma Universidade mineira, na Educação a Distância, permitiu-nos reconhecer a notória aplicabilidade do Plano Nacional de Educação (PNE), que parece ratificar a mudança do paradigma educacional e a posição estratégica dessa modalidade de ensino para o estabelecimento de um consenso pretensamente democrático entre Governo, mercado e sistema produtivo; ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação. A EAD tem função estratégica: contribui para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influi nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais. (BRASIL, 2001).

Segundo Moore e Kearsley (2007, p.241), “o sucesso de toda iniciativa em Educação a Distância depende de um sistema eficaz de monitoramento e avaliação, pois estes procedimentos é que darão pistas sobre as dificuldades dos alunos”. Para esses autores são três as características de um bom sistema de ensino a distância: *especificação preliminar de objetivos de aprendizagem; elaboração e gerenciamento dos trabalhos apresentados pelos alunos – as tarefas; – e, finalmente, boa qualidade na coleta de dados e sistema de relatórios*. Ressaltam, no entanto, que o monitoramento e a avaliação desempenham uma função crítica no sucesso de todo projeto de Educação a Distância de boa qualidade.

Na Educação a Distância, o estudante tem a possibilidade, em alguns momentos, de construir significados mais variantes que nos cursos presenciais, já que respondem a concepções e necessidades distintas, acenando as possibilidades de (re) pensar as formas de produzir, refletir, partilhar, adquirir e transmitir o conhecimento. Para Baratella (2014, p.3), essa concepção tem gerado inúmeras perspectivas para a democratização e a universalização do ensino e, apesar de uma considerável demanda potencial, principalmente no último decênio, o desafio é buscar novos referenciais e novas mediações pedagógicas que possam atender a espaços e tempos diferentes, para tornar essa “explosão” de ofertas de cursos e territorialidade compatível com a qualidade de ensino.

### A Educação Superior no Brasil: iniciativas que marcaram a história

No Brasil, após a criação do Ministério da Educação, ocorreu a primeira reforma do ensino, prevista no Decreto nº. 19.890 de 18 de abril de 1931. Ao examinar essa lei, Sousa (1986, p. 44) observou que o termo “*avaliação*” nem sequer era usado. Em seu lugar liam-se “provas”, “exames”, critérios de promoção de alunos e outros. A avaliação da aprendizagem era concebida como um procedimento de

atribuição de notas aos alunos, ou seja, como um procedimento de medida. Segundo Sousa (1986 apud VIEIRA, 2009, p. 123-124), a classificação e a seleção dos alunos eram realizadas por meio de notas e constituía-se na finalidade da avaliação. Os procedimentos de avaliações eram feitos com instrumentos de testagem, como: arguição oral, trabalhos práticos, provas parciais e finais. A tarefa de avaliar era exclusiva do professor, sendo este assessorado pelo inspetor ao preceder o julgamento das provas.

Na década de 40, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, conhecida como Reforma Capanema – Decreto-Lei nº. 4.244 de 9 de abril de 1942. Nesse documento, o termo “*avaliação*” já é empregado. Para Sousa (1986 apud VIEIRA, 2009, p.124), encontra-se no capítulo IV, art. 30 a definição de avaliação de aprendizagem: “A avaliação dos resultados em exercícios e em exames será obtida por meio de notas, que se graduarão de zero a dez”. Apesar de aparecer a palavra avaliação, ela possui o mesmo significado apresentado na legislação anterior, concebida como procedimento de mensuração.

Em dezembro de 1961 foi aprovada a Lei nº. 4.024, que além as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Quanto à avaliação da aprendizagem, essa lei elucida que o processo avaliativo deve ser um procedimento sucessivo com acompanhamento constante do desempenho dos discentes, tendo como principal objetivo selecionar aqueles que devem ou não ser aprovados; o educador é visto como o ator responsável para executar a avaliação do aluno. Nos dizeres de Sousa (1986, p. 52-53), pode-se observar, ao analisar a Lei nº. 4.024, que a avaliação deixou de ser considerada apenas como procedimento de mensuração, para julgamento do grau de desejabilidade do desempenho apresentado pelo aluno.

Em 11 de agosto de 1971, entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 5.692. De acordo com as análises de Sousa (1986, p.58-70), sobre avaliação da aprendizagem, compreende-se o sistema de avaliação do aproveitamento e o sistema de promoção e recuperação; define o termo avaliação como procedimentos que determinam, até que ponto, os objetivos foram atingidos, focalizando o desempenho do aluno, nas diferentes experiências de aprendizagens.

Segundo Sousa (1986 apud VIEIRA, 2009, p. 126), se comparada com a legislação anterior, constata-se que houve uma ênfase na definição de avaliação, como processo amplo e contínuo, que visa verificar o alcance dos objetivos educacionais definidos. A *função classificatória* persiste e há uma ênfase na *função de retroalimentação*.

Nossas discussões, a seguir, serão em torno dos fundamentos e das especificidades da Educação a Distância. A partir de um panorama histórico sobre a educação, conheceremos, em um primeiro momento, um pouco mais sobre os diversos métodos, as formas de interação e colaboração entre professores e alunos, os novos rumos, desafios e limitações dos modelos e ambientes de ensino-aprendizagem na EAD. Em um

segundo momento, propomos uma discussão teórica sobre os princípios educacionais e algumas definições que a Educação a Distância assumiu ao longo de uma retrospectiva histórica, caracterizada por diferentes abordagens teóricas e distintas finalidades.

O ensino a distância, no Brasil, não foi muito diferente do que aconteceu em outras Nações. Segundo Castilho (2011, p.17), tem ele uma história antiga, as primeiras experiências, nesse sentido, “datam do final do século XIX, com a realização de um curso de datilografia oferecido por meio de um anúncio de jornal”.

No início do século XX, surgiram os primeiros cursos oferecidos por meio de correspondência, mas, como esse método não tinha uma regulamentação oficial em nosso país, muitos alunos ficaram sem comprovação.

Castilho (2011, p.18) complementa que, na década de 1970, institucionalizou-se o ensino a distância no Brasil “com a criação dos Centros de Ensino Supletivo (CES).” Alega ainda uma experiência interessante, ocorrida em 1979, quando o Colégio Anglo-Americano do Rio de Janeiro passou a operar em 28 países, com cursos por correspondência para brasileiros residentes no exterior, em nível de 1º e 2º graus.

As bases legais brasileiras para a modalidade de Educação a Distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi regulamentada pelo Decreto 5.622, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 20 de dezembro de 2005 (que revogou o Decreto 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto 2.561, de 27 de abril de 1998), com normatização definida na Portaria Ministerial 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial 301, de 7 de abril de 1998). O Decreto 5.733, de 9 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino (SEED, 2007). O Decreto 6.303, de 12 de dezembro de 2007, altera dispositivos dos decretos 5.622 (de 19 de dezembro de 2005) e 5.733 (de 9 de maio de 2006) de forma bastante oportuna em alguns pontos (DIAS; LEITE, 2010).

A Educação a Distância está se transformando de uma modalidade complementar ou especial para situações específicas, em referência para uma mudança profunda na educação como um todo. “É uma opção importante se os objetivos são o aprendizado ao longo da vida, a formação continuada, a aceleração profissional, a conciliação entre estudo e trabalho”. (MORAN, 2011, p.45).

Ainda há resistências e preconceitos e estamos aprendendo a gerenciar processos complexos de EAD, mas cresce a percepção de que um país da dimensão do Brasil só conseguirá superar sua defasagem educacional por meio do uso intensivo de tecnologias em rede, da flexibilização dos tempos e espaços de aprendizagem e da gestão integrada de modelos presenciais e digitais. A Educação a Distância está modificando todas as formas de ensino e

aprendizagem, inclusive as presenciais, que utilizarão, cada vez mais, metodologias semipresenciais, flexibilizando a necessidade de presença física, reorganizando os espaços e tempos, as mídias, as linguagens e os processos. Outro avanço é a inserção significativa das Universidades públicas na EAD, pela Universidade Aberta do Brasil (MORAN, 2011).

Quando estamos nos referindo à qualidade, há diversos especialistas que questionam a educação na modalidade a distância. Para Dourado (2008, p. 904), nesse cenário de mudanças, a Educação a Distância ganha foro privilegiado, na medida em que a UAB, criada em 2005, passa a ser espaço de atuação da recém-criada Diretoria de Educação a Distância. Problematicar tais indicadores se revela uma trama complexa, tendo em vista o cenário das próprias políticas para o setor, bem como os desafios no tocante à democratização do acesso à educação básica e superior.

### Conclusões

O Ensino Básico brasileiro prevê, em seus planos e diretrizes, a formação social, ética, científica e tecnológica dos jovens, a fim de oferecer condições mínimas que os preparem para entrada no mercado de trabalho, bem como capacitá-los para o ingresso no Ensino Superior. Mas os dados na educação são bastante alarmantes. Cerca de 25% dos professores que trabalham nas escolas de Educação Básica do país não têm diploma de ensino superior. Eles cursaram apenas até o Ensino Médio ou o antigo curso Normal.

O que se tem observado também é a entrada, nas Universidades e nas Faculdades de todo o país, de estudantes que possuem deficiências de aprendizagens em vários níveis e áreas de conhecimento.

Uma avaliação existe para que se conheça o que o estudante já aprendeu e o que ainda necessita aprender. É a partir dessas análises e resultados, que o professor tem condições de oferecer um *feedback* ao educando, identificando o que ele ainda não aprendeu, o que não registrou e o que é importante ser selecionado para ele aprender. Esse processo deve ser construído numa relação de parceria, cumplicidade, respeito mútuo, afetividade, responsabilidade, seriedade e no compromisso e no rigor científico, para que se providenciem os meios de reorganizar e de reconstruir suas aprendizagens.

O docente não deve somente avaliar para atribuir notas ou conceitos, mas deve ser o mediador desse processo avaliativo para promover a aprendizagem dos alunos. Essa avaliação que promove as aprendizagens dos alunos é denominada de **formativa**, em oposição à avaliação tradicional, que visa à aprovação e à reprovação ou à atribuição de notas. Uma avaliação formativa é a que utiliza todas as informações e os registros disponíveis sobre o estudante, para assegurar e promover a sua aprendizagem. A interação entre docente e estudante, durante todo o curso, é um processo muito rico em conhecimentos, oferecendo oportunidades para que se selecionem várias informações e realizem a coleta de dados. Cabe ao professor estar atento para identificá-

los, analisá-los, registrá-los e usá-los em benefício da construção da aprendizagem.

### Referências bibliográficas

- BARATELLA, R. **Um retrato histórico da Educação a Distância**. São Paulo: UFSCAR – SIED-ENPED, 2014.
- BATISTA, C. O. O processo comunicacional da avaliação nas práticas de professores universitários. In: **Avaliação formativa: práticas inovadoras / Benigna Maria de Freitas Villas Boas (Org.)**. Campinas: Papirus (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação: Secretaria de Educação a Distância. **Desafios da Educação a Distância na Formação de Professores**. Brasília: SEED-MEC, 2006a.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 9/2001, aprovado em: 08 mai. 2011. **Diretrizes curriculares para a formação inicial de professores de educação básica em cursos de nível superior**. Brasília: MEC/CNE, 2001.
- CASTILHO, R. **Ensino a distância – EAD: interatividade e método**. São Paulo: Atlas, 2011.
- DIAS, R. A.; LEITE, L. S. **Educação a distância: da legislação ao pedagógico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- FRANCO, M.L.P.B. Subsídios para uma reflexão teórica acerca da prática avaliativa. In: **Séries Ideias n. 8**. São Paulo: FDE, 1998 (119-126)
- MOORE, Michael; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- MORAN, J. M. Desafios da Educação a Distância no Brasil. In: **Educação a Distância: pontos e contrapontos / José Armando Valente e José Manuel Moran**: Valéria Amorim Arantes (Org.). São Paulo: Summus, 2011.
- OLIVEIRA, E. G. **Educação a distância na transição paradigmática**. Campinas: Papirus (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), 2008.
- PERRENOUD, P. **Ambigüités et paradoxes de la communication en classe**. Toute interaction ne contribue pas à la regulation des apprentissages, 1991.
- PERUZZOLO, A. C. **A comunicação como encontro**. Bauru: Educadores. (Verbum), 2006.
- SOUSA, S. M.Z.L. **Avaliação da Aprendizagem na Escola de 1º grau – Legislação, teoria e prática**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1986.
- VIEIRA, V. M. O.. **Avaliação educacional: algumas contribuições teóricas para a formação de professores**. Revista Profissão Docente, v. 8, ISSN 1519-0919, 2009..